

PERCURSOS SOBRE O CORPO E A CIDADE

Diego Pontes¹

RESUMO: Pensando o gênero e a sexualidade enquanto diferenciais na experiência urbana contemporânea, este trabalho discute a relação entre a arquitetura dos corpos e da cidade. Por meio de saídas de campo em uma área do Parque da Cidade de Brasília – DF, analiso as práticas errâneas que se desenrolam no campo e em que medida podem contribuir para uma crítica ao processo de espetacularização a qual se encontra a cidade e o corpo no contexto contemporâneo.

Palavras chave: corpo, cidade, gênero, sexualidade.

¹ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC (2014). Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade/PGAU-Cidade pela Universidade Federal de Santa Catarina.

As reflexões que se levantam neste artigo partem dos caminhos errantes² percorridos pelo Parque da Cidade, em Brasília – DF. Reflexões, estas, fruto de meu Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, defendido em abril de 2014 na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC sob orientação da professora Miriam Pillar Grossi.

Pretendo, aqui, recompor alguns caminhos percorridos durante a pesquisa, de modo a revisitar minhas notas etnográficas e tensionar aspectos relevantes para a discussão a respeito do corpo e da cidade no contexto contemporâneo e do próprio método etnográfico e lugar do/a pesquisador/a em campo. Para isto, como forma de orientar o/a leitor/a sobre o lugar de onde falo e teço estas ideias, descrevo alguns percursos trilhados até o meu contato com o campo.

Em mobilidade acadêmica na UnB – Universidade de Brasília entre o segundo semestre de 2011 e o primeiro de 2012, a pesquisa começou a ser desenvolvida no Departamento de Antropologia (DAN) da UnB – Universidade de Brasília, orientada inicialmente pela professora Lia Zanotta Machado. Assim, durante o ano que estive em Brasília realizei diversas saídas a campo, algumas programadas, outras guiadas pelo acaso e pelo *flâneur* (Benjamim, 2013), um caminhar ébrio e “fora do tempo”, sem muitos compromissos e expectativas, mas atento e aberto aos sinais produzidos pelo choque com o novo, com o “desconhecido” e o “estranho”.

Nesta proposta metodológica, que parte do *flâneur* como meio de acesso ao mundo etnográfico, e também da valorização das *errâncias urbanas*³ como crítica a cidade espetacularizada (Jacques, 2012), meu corpo guiado por um olhar sobre as urbanidades a partir da etnografia de rua e dos estudos de antropologia urbana, que pretendem dar oportunidade ao cotidiano urbano se mostrar, se coloca em campo e caminha por entre corpos que se apropriam do espaço por meio de suas práticas sexuais “fora do lugar”.

Como mostram Cornelia Eckert e Ana Luiza C. da Rocha (2013), “para se praticar uma boa etnografia de rua o pesquisador precisa aprender a pertencer a este território como se fosse sua morada, lugar de intimidade e acomodação afetiva” (p.9). Entrego-me, então, às interações multidirecionadas, ao contato com “corpos que circulam entre as árvores e nos carros e motos pelos estacionamentos. Homens de carro, homens de moto, homens de bicicleta, homens à pé”. (diário de campo, 11 de abril de 2012).

Encarando a arquitetura, o gênero e a sexualidade enquanto construção social cujos caminhos se sobrepõem, instigo um olhar sobre a cidade a partir do gênero e da sexualidade, pensando inicialmente como homens, mulheres (e outras categorias incabíveis neste modelo

² Me refiro aos usos dos espaços urbanos que fazem brotar questionamentos sobre a lógica hegemônica que espetaculariza e ordena a cidade no contexto contemporâneo.

³ Ver em *Elogio aos errantes*, Paola Jacques (2012).

binário) são apresentadas à cidade de maneiras diferentes e como isso reflete na experimentação da mesma.

Com a intenção de elucidar aspectos direcionados a uma crítica à arquitetura dos corpos e da cidade, atravessada e contaminada por alicerces e *croquis* racionais e funcionais, optei por fazê-lo inclinando os diálogos entre leituras sobre as *errâncias urbanas* (Jacques, 2012) e seus *praticantes ordinários* (De Certeau, 1994), aproximando os olhares da antropologia urbana e do urbanismo dos estudos de gênero e sexualidade como meio de estimular uma crítica ao processo de espetacularização a qual se encontra o corpo e a cidade no contexto contemporâneo.

Isto me posicionou diante de debates acerca do urbano entendido como um emaranhado de negociações tensas e prazerosas, onde meu corpo se encontrou em meio aos conflitos inerentes aos choques com a circulação pela cidade, o que possibilitou um inescapável debate acerca dos próprios limites e restrições proscritas ao contato com “o outro” nas pesquisas antropológicas, sobretudo as que colocam em tensão e questão a possibilidade de envolvimento afetivo-sexual durante o trabalho de campo.

Discuti, deste modo, de que forma as situações vivenciadas diariamente no Parque dizem respeito as relações de poder que encontramos nos espaços urbanos projetados a partir dos desejos e privilégios masculinos, possibilitando um olhar sobre a cidade vista a partir de corpos sexualizados apreendidos através das marcas de conflitos de alteridade neles escritos. (Preciado, 2010)

Com isso, sou levado a pensar as maneiras que os corpos se reapropriam do ambiente urbano e os discursos sobre o exercício do direito a cidade como uma expressão de privilégio masculinos culturalmente impressos na cidade, o que me permite pensar sobre as lógicas espaciais e corporais em tensão e negociação na urbe.

As brechas e atalhos que são abertos na cidade pela (re)apropriação do urbano, fazem questionar como os processos de produção do espaço das cidades refletem em novas configurações e possibilidades de resignificação e experimentação, justamente por se tratar de uma relação com o urbano que se esboça pela prática e fora das pranchetas de arquitetos e urbanistas.

As práticas sexuais que ocorrem no Parque da Cidade me levam a perceber que mesmo com a imposição de um urbanismo e uma arquitetura opressora, heterocentrada e higienizada, fissuras são abertas para a apropriação e subversão dos espaços urbanos. Por este caminho,

percebo tais práticas operarem como desestabilizadoras de falsos consensos e pretensas verdades esterilizadas sobre a cidade.

Alguns riscos pelo corpo e pela cidade

A partir de questionamentos acerca da rápida urbanização brasileira da segunda metade do século XX e das transformações espaciais marcadas por espaços urbanos higienizados e pacificados, no que diz respeito às vicissitudes das territorialidades do “mundo gay” paulistano entre 1959 e 1984, Néstor Perlongher (2008), ao etnografar a prostituição viril e a dimensão errante do centro de São Paulo, discute o desejo socialmente proscrito nas derivas e experimentações dos lugares, e aponta para uma concepção de territorialidade não limitada ao espaço físico, mas sobretudo aos códigos que orientam e dão vida a estes espaços.

Para Perlongher (2008), a não solidez como característica constituinte desses espaços possibilita que essas territorialidades e seus deslocamentos sejam também espaços frutíferos à construção e vivência de outros códigos e outras negociações/subversões do corpo com a cidade. Desse modo, a rua passa a ser encarada como “mais do que mero lugar de trânsito direcionado ou de fascinação espetacular perante a proliferação consumista: é, também, um espaço de circulação desejante, de “errância sexual”.” (Perlongher, 2008, p.166).

Tanto os escritos traçados por Larissa Pelúcio e Richard Miskolci (2008) em *Aquele não mais obscuro negócio do desejo* no prefácio à nova edição da etnografia rueira do centro da cidade de São Paulo descrita por Perlongher (2008), quanto Julio Assis Simões no *Negócio do desejo* (2008), comentam a atualidade e o brilhantismo errático do pensamento do autor.

Em 1987, foi publicada a primeira edição do *O negócio do michê*, um ano depois de ter sido defendida como dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp. Durante o período em que Perlongher realizou a pesquisa – 1982 a 1986 -, os estudos socioantropológicos sobre sexualidade eram ainda tímidos e marginalizados no Brasil, que vivia um cenário politicocultural de transição democrática e de institucionalização de alguns grupos políticos em defesa dos direitos gays e lésbicos.

Ao propor uma reflexão sobre o social a partir do desejo, o autor o encara enquanto histórico e socialmente construído, apontando para sua relação com a sexualidade e o território. Em diálogo Perlongher, Pelúcio e Miskolci (2008) trazem indagações que desvendam que “a

heterossexualidade só pode existir fixando o periférico e, a partir dele, se definindo como central. Assim, os espaços das bordas não poderiam ser linhas de fuga, mas apenas limites fixados pela norma, desqualificando os que ali são alocados” (Perlongher, 2008, p.16). Daí a aproximação do pensamento de Perlongher com o que têm presenciado os debates contemporâneos sobre pós-estrutura e pós-identidade, “em que modelos classificatórios passam a ser pensados como formas instáveis de categorias flutuantes, que circulam por diferentes relações” (Simões, 2008, p. 545).

Para Júlio Assis Simões (2008), também debruçado sobre as ideias de Perlongher, os conceitos deleuze-guattarianos de *desterritorialização* e *reterritorialização* trazidos por Perlongher em sua análise fornecem um olhar sobre o movimento de ruptura com a norma e experimentação e criação de outras possibilidades de conexões entre a sexualidade, o desejo e o território:

Territorialidades envolvem, portanto, mais do que representações ou projetos: dizem respeito às mobilizações e deslocamentos espaciais e categorias, bem como à materialidade de corpos e partes de corpos ressaltados e valorizados, incluindo os próprios lugares que esses corpos percorrem e dos quais auferem parte de sua legibilidade. (SIMÕES: 2008; p.539)

Na discussão proposta por Foucault (1988) em *A História da Sexualidade - a vontade de saber*, onde ao compreender a sexualidade como um dispositivo histórico de poder, o filósofo abre espaço para pensar o quão a ordem social contemporânea se relaciona diretamente com uma ordem sexual, que compulsoriamente pretende orientar as formas e os meios pelos quais posicionamos, compreendemos, e experimentamos nossos próprios corpos.

Deste modo, torna-se possível perceber que todo o aparato – médico, educativo, tecnológico-midiático, arquitetônico, etc. – projetado para a manutenção de estruturas e sistemas explicáveis que expressam uma organização social calcada no ideal binário da diferença sexual: homem e mulher, e com isso, um discurso naturalizado que aponta para uma correspondência “lógica” entre sexo-gênero-sexualidade-desejo, nos revela uma concepção racional de sujeitos “normais”, que a partir das marcas presentes em seus corpos, recebem o aval para experimentar a cidade.

Ao se construir uma posição de sujeito, supõe o estabelecimento de contornos, limites, planejamentos, possibilidades e restrições. Essa mesma pretensa lógica métrica e cartesiana da arquitetura dos sujeitos pode ser observada nos planos arquitetônicos que traçam as cidades.

Quando se trata de elucidar a experiência urbana, homens e mulheres (e toda uma série de outras categorias incabíveis no modelo binário masculino/feminino) vivenciam o espaço urbano de maneiras diferentes. Com a sociedade heteronormativa sexualizada de forma controlada e com os papéis de gênero definidos baseados na centralidade do desejo como meio de acesso à verdade sobre os sujeitos, o lugar da sexualidade se constrói entre o que pode ser visível e aceitável (público) e o que deve ser mantido em segredo (privado). Assim, se estabelece uma dinâmica de proibições e subversões que também fazem parte da relação do desejo com a (des)ordem social.

Em diálogo com as ideias de Foucault e com a *Teoria Queer*, o sociólogo Richard Miskolci (2009) diz que além dos desejos serem direcionados de formas rígidas, interferindo de maneira regulatória nas subjetividades sexuais dos corpos, todo o mecanismo institucional heterossexista nos insere na oposição binária da heterossexualidade/homossexualidade, “de forma a construir o espaço público como sinônimo de heterossexualidade por meio de uma “política da vergonha” que se manifesta na recusa cognitiva das relações entre pessoas do mesmo sexo.” (Miskolci, 2009, p. 2)

No livro *Carne e Pedra*, Richard Sennett (2008) constrói uma narrativa sobre o corpo e a cidade na civilização ocidental, e argumenta que as formas dos espaços urbanos derivam de vivências corporais específicas de cada sociedade. Para compreender a cidade moderna desenhada por urbanistas iluministas, por exemplo, o autor mostra que planejava-se a cidade partindo de um ideal orgânico de corpo saudável, limpo e normal, onde o espaço seria esboçado para encorajar as atividades aeróbicas e saudáveis deslocamentos a partir de uma geometria guiada pelas posições de centro, periferia, margem e limites, o que possibilitaria com que as pessoas que se movessem pelo espaço urbano se sentissem mais confiantes e encorajadas. Como afirma o autor, a respeito da construção de um sujeito (masculino) moderno e racional:

dados os preconceitos sobre a irracionalidade das mulheres, a necessidade de imaginar uma figura universal apontava idealmente para *um homem*. Procurariam por um sujeito neutro; alguém capaz de subordinar paixões e interesses individuais à regra da razão. Somente os corpos masculinos preenchiam as exigências desse padrão cheio de subjetividade (SENNETT, 2008. p.291)

Essa representação de modernidade tem como marco o Iluminismo, que tendo como ferramenta o uso da razão, se dizia libertador dos homens, das amarras das antigas tradições e privilégios feudais, mas, como bem sabemos, reflete desejos e ambições pontualmente situados:

liberdade, igualdade e fraternidade para homens, brancos, heterossexuais, ocidentais e detentores de poder econômico. Os “homens de bem”.

Nos dias de hoje, à medida que a experiência corporal se volta cada vez mais a tecnologias, a espaços urbanos reservados e a demandas de um capitalismo *caliente*, onde interessam os corpos e seus prazeres, segundo Beatriz Preciado (2010) a arquitetura funciona como um palco onde se teatraliza a identidade masculina.

Para a autora, um exemplo pragmático da transformação arquitetônica através dos meios de comunicação no século XX (especificamente no cenário pós Guerra Fria) diz respeito ao Império Playboy, instalado na cultura dos meios de comunicação de massa e na arquitetura do espetáculo, possibilitando a emergência de um novo discurso sobre o gênero, a sexualidade, a pornografia, o desejo e o espaço público.

Preciado (2010) afirma que *Playboy* não apenas se resumia a uma revista de garotas nuas. Tratava-se de um amplo “*proyecto arquitectónico-mediático que tenía como objetivo desplazar la casa heterosexual como núcleo de consumo y reproducción proponiendo frente a esta nuevos espacios destinados a la producción de placer y de capital.*” (p. 207). Com isso projetava-se um novo homem moderno urbano.

A arquitetura contemporânea, marcada por espaços urbanos espetacularizados, se desenha em uma espécie de batalha moral, que coloca em questão valores como centralidade, coerência, tempo e lugar, que caracterizavam a tradição moderna. Longe de uma visão totalizante, quando olhamos para as cidades o que se nota são estruturas que desapareceram, que “engoliram” outras ou que tiveram sua função alterada, que são implodidas, que morrem. Desse modo, o deslocamento e a descentralização do lugar destinado ao prazer alteraram não apenas a forma que encaramos o espaço público, mas também os modos que o ocupamos e vivenciamos, assim como afetos e formas de produção de prazer que criamos sobre ele, o que por sua vez têm abalado a ordem espacial heteronormativa.

Em meio a reflexões contemporâneas sobre os estudos de gênero e sexualidade – que rompem com a compreensão do sexo como algo anterior a cultura e prévio ao sujeito - e de análises que apontam para a “complexidade” de discursos sobre os sujeitos e suas práticas sexuais, assim como uma inclinação aos diálogos críticos ao urbanismo e à arquitetura hegemônica, estas ideias se propõem a pensar como a ideia de cidade em movimento, transformação e *espetacularização* se relacionam com a reconfiguração e subversão identitária em espaços públicos de trânsito e mobilidade. Além disso, questiono como os processos de

produção e subversão dos espaços urbanos refletem “novas” configurações e possibilidades, não desenhadas nos croquis arquitetônicos.

Entendendo que vivenciamos um momento onde o exemplo já não vale como referência e que os corpos carregam consigo marcas das diversidades, diásporas e movimentações, e também onde as posições de centro vêm sendo cada vez mais questionadas, a partir desta perspectiva proponho pensar a relação do corpo com a urbe, tendo em vista que cada vez mais a ordenação da cidade, dos corpos, e da própria identidade está se dissolvendo e ganhando outras formas.

Os debates atuais acerca das relações de gênero e sexualidades e antropologia urbana colocam em evidência a fragmentação e as negociações dos corpos com os espaços das cidades. Um olhar sobre a cidade por meio do gênero e da sexualidade enquanto marcadores classificatórios e sociais da diferença na experimentação da cidade, além de provocar dissonâncias a partir dos discursos e práticas sobre como homens e mulheres são apresentados à cidade e como a experimentam, me levam a reconhecer que mesmo com a segregação urbana heteronormativa e higienização dos espaços urbanos, brechas e fissuras são abertas; a cidade é reapropriada e ressignificada cotidianamente, desorientando a forma que a encaramos e o modo de nos compreendermos nela.

As ruas dos homens-heterossexuais-brancos-trabalhadores são a todo instante atravessadas e vivenciadas por corpos afetados por diversos tipos de agenciamento; corpos apreendidos como potência e lugar de experimentação e criação de caminhos traçados para além dos fluxos turísticos, retomados pelos que se perdem e acabam por constituírem, através da prática do espaço público, um modo errante de negociações entre o corpo e a cidade.

O parque

Na região central de Brasília-DF está localizado o Parque da Cidade Sarah Kubitscheck, ou simplesmente Parque da Cidade, tradicional ponto de lazer e alegado patrimônio da população local. Ocupando uma área de mais de 4 milhões de metros quadrados, o parque possui diversos atrativos espalhados por toda sua extensão, como circuito de caminhada e ciclismo, lagos artificiais, parques de diversões, quadras desportivas, churrasqueiras, centro hípico, cartódromo, bares, pistas de skate e um dos maiores pavilhões de exposições do país. A maneira mais comum de se referenciar esses pontos de encontro é fazê-lo a partir de 13 estacionamentos, os quais são acessíveis pela pista circular única que corta as bordas do

parque e dá acesso as suas diversas entradas e saídas. Os estacionamentos em si também são pontos de encontro, alguns deles lócus de interações bastante peculiares.

No estacionamento 8, por exemplo, conhecido como “Gibão” (em referência a um bar próximo), são comuns as reuniões noturnas de jovens homossexuais, que ali ouvem música do aparelho de som de seus carros, bebem, conversam, fumam, flertam, etc. Já no estacionamento número 4, o estacionamento do “kart”, todas as quintas e domingos de céu desnublado reúnem-se, ao encerramento das atividades do bar Barulho (por volta de 23h:30), jovens homossexuais que aproveitam um pouco mais de tempo com os demais frequentadores antes do fechamento do estacionamento, ou “antes que saia o corujão” (ônibus com saída de madrugada da rodoviária central do Plano Piloto de Brasília).

O estacionamento que volto minha atenção, no entanto, é outro. Na verdade, um conjunto de três estacionamentos, nos quais, seja dia ou noite, homens se encontram para fazer sexo com outros homens. Certamente no “Gibão” ou no “Kart” há encontros cujo objetivo é o mesmo. No entanto, de maneira geral, isto talvez seja apenas consequência dos tipos de interação que se dão ali. No “Bate-bate” (em referência ao estacionamento onde os carros circulam e se embaralham, como no bate-bate dos parques de diversões) e na “Floresta dos Sussurros”, imagino que o sexo seja o começo e o fim para quase todos os frequentadores. Os encontros são muito pragmáticos nesse sentido: dois carros se aproximam em baixa velocidade. Com o vidro aberto ou entreaberto, os ocupantes se avaliam; se algum deles se interessa, pergunta ao outro o que ele *curte*. Em caso de sucesso, ambos seguem para o bosque adjacente (a Floresta dos Sussurros) ou – o que é mais comum – um deles entra no carro do outro, fazem sexo e depois cada um segue seu caminho. Caso não haja interesse de alguma das partes, ambos seguem à procura de outro(s) parceiro(s). Outra atividade comum é estacionarem o carro na beira do bosque e andar por entre as árvores procurando parceiros. Alguns se masturbam, outros observam casais em ação. Sexo grupal entre homens que vão se aproximando e sendo aceitos não é raro de se ver. Mas a atividade mais comumente observada é mesmo andarem aparentemente “ao acaso” entre as árvores, abordarem outro homem, fazerem sexo e irem embora.

Um ponto que se torna relevante lançar olhos atentos e que também observei em meu estudo, é o fato das interações que ocorrem nesses estacionamentos serem apenas entre homens. As expressões de sexualidades fixadas de formas diferentes aos papéis atribuídos aos gêneros em nossa cultura, e também as assimetrias políticas entre os gêneros, fazem parecer

impensável a existência de mulheres “dispostas” a circularem entre carros de “estranhos” à procura de uma relação sexual muito pontual.

Tendo como pressuposto que as vivências e interações em lugares como os estacionamentos do Parque da Cidade ocorrem entre homens e, portanto, ocorrem orientadas pelas masculinidades, é possível lançar uma reflexão acerca do fato de que essas mesmas vivências desmantelam e embaralham o que é provavelmente uma das características mais elementares da masculinidade – a heterossexualidade e suas compulsórias demarcações territoriais de poder.

O contato inicial com o campo me permitiu explorar e observar a respeito de um contexto de interação em que homens subvertem as normas da heterossexualidade em suas práticas sexuais. Essas vivências “fora do lugar” podem vir a provocar novas imagens simbólicas relacionadas à construção da masculinidade e também dos espaços urbanos.

Não pretendi e não me arrisquei apreender o perfil dos homens que frequentam esses estacionamentos. Talvez a assiduidade dos diversos usuários não seja contínua, posto que alguns vão uma vez e provavelmente jamais retornam, enquanto outros provavelmente fazem um uso regular do espaço.

Entendo não ser possível levantar os detalhes a respeito das práticas e desejos desses homens fora do contexto dos estacionamentos do Parque da Cidade. Não poderia haver precisão se esses homens se categorizariam e se distribuiriam em etiquetas como gays, enrustidos, bissexuais, bichas ou heterossexuais convictos. É certo que alguns desses homens, talvez mesmo a maior parte deles, sejam homossexuais assumidos publicamente ou em determinados ciclos. Talvez falem abertamente com algumas pessoas sobre as relações sexuais que mantêm ali, contudo, me parece que nesses estacionamentos as relações sexuais entre homens não são apenas pontuais, como também, em algum grau, secretas.

Nestes arranjos interativos, as afetividades urbanas nos circuitos dos estacionamentos me ofereceram algumas inquietações e propuseram a discussão sobre o corpo e a cidade, dando atenção ao gênero e a sexualidade enquanto marcadores sociais da diferença na experimentação da cidade. Com isso, me pergunto ainda se em alguma medida as experiências do corpo na urbe – especificamente no contexto do Parque da Cidade – refletem “novas” formas de criação e expressão do prazer, levando a transgressões sobre discursos morais a respeito da sexualidade e do espaço. Questiono ainda se a relação de subversão da cidade e das suas arquiteturas higienistas e hegemônicas, heterocentradas e normativas, não está também

relacionadas a um lugar de gênero marcado nas relações entre o público e o privado delimitando lugares nos processo de construção e experimentação da cidade.

Subjetividade e experimentações metodológicas

A antropóloga Miriam Pillar Grossi (1992) nos leva a refletir sobre as questões subjetivas que bordam as relações em campo. Ao mesmo tempo em que estamos tragando “o outro”, também somos tragados, experimentando uma “viagem antropológica” pré-discursivamente marcada por recomendáveis manuais, regras e códigos de conduta para lidar com o que instituímos como “outro”.

A autora, ao repensar a experiência em campo a partir da subjetividade do/a antropólogo/a, discute o exercício do Trabalho de Campo pondo em questão a relação do/a pesquisador/a com seu objeto de estudo, uma preocupação até então recente da Antropologia, que colocava estes debates em posição periférica.

Propõe, deste modo, analisar estas interações tomando como pressuposto a relação entre o antropólogo e seus informantes-colaboradores como central na elaboração de etnografias, conceitos e teorias na área antropológica. Ou seja, “pensar a diferença na interpretação como inerente à própria relação subjetiva que vai marcar indelevelmente cada Trabalho de Campo, experiência marcada pela biografia individual de cada pesquisador.” (Grossi 1992, p.8).

Os debates metodológicos e a autorreflexão sempre existiram na Antropologia, no entanto, os espelhos estavam voltados para os “exóticos e selvagens nativos”, não para nós mesmos/as e nossas práticas, estratégicas e afetos tecidos em campo. Para Grossi:

a revalorização da experiência subjetiva do contato com o outro me parece estar profundamente ligada ao questionamento dos paradigmas da Antropologia feita tanto pelos Pós-Modernos quanto por algumas antropólogas feministas, que se propõem a repensar a relação sujeito/objeto a partir da ótica das relações de gênero (GROSSI: 1992; p.10)

A problematização da subjetividade do/a pesquisador/a na prática antropológica a partir dos conflitos vivenciados em campo ligados à corporalidade e sexualidade já começava a ser questionada por antropólogas como Margareth Mead e Ruth Benedict, que serão, inclusive,

pioneiras a refletir sobre as culturas não só a partir do ponto de vista dos homens, mas também das mulheres, como nos conta Miriam Grossi, que diz ainda, em diálogo com Marilyn Strathern, que as mulheres trouxeram para a Antropologia as questões ligadas à subjetividade nas relações sujeito/objeto “por suas próprias “implicações” enquanto mulheres estudando mulheres, possibilitando a “emergência do subjetivo” no Trabalho de Campo” (Grossi: 1992, p.11) e novas maneiras de pesquisar o “outro” e de se compreender neste processo.

Ora, mas se sabemos que não há um acordo delimitado para tratar as questões subjetivas na Antropologia, e nem para impor limites ao acesso ao corpo do outro e saber os caminhos que seguirão e guiarão o contato do outro conosco, a partir do momento em que a “busca pelo nativo” deixa de refletir o olhar opressor e colonizador do Homem envolto ao seu sistema heteropolítico, fazendo com que sejam questionados os valores etnocêntricos, androcêntricos e heterossexistas que estruturaram a Antropologia enquanto ciência, estamos, então, a criar e experimentar outras possibilidades de olhar e descrever o que estamos observando e vivenciando. Como nos mostra Miriam Grossi, “cada caminho reflete a forma individual e subjetiva do encontro de si mesmo a partir do encontro com o outro.” (1992, p.16); *na busca do “outro”, encontra-se a “si mesmo”*.

Essa “viagem”, muitas vezes nos faz experimentar outras sensações, translúcidas, multidirecionadas, intraduzíveis, diga-se de passagem. Em campo, experimentamos o tempo do outro, nos alimentamos de novos temperos, nos tornamos aprendizes de boxe (Loïc Wacquant, 2002), adentramos em *cafés* e clubes de sexo (Miguel Vale da Almeida 1995 e Camilo Braz 2010), buscamos decifrar “novas línguas” e novos movimentos morando e indo para rua com as travestis de Salvador - BA (Kulik 2008) e também novas formas de encarar a aproximação e a partilha sem objeto; sem espelhos a serem trocados. Alteramos as percepções e nos encontramos, então, no/a outro/a. O eu habitado por um corpo racional se desloca multidirecionado por entre outros corpos; o eu, agora, encarado como multidão, como potência, como contaminação pelo contato com o outro.

De encontro às ideias de Miriam Grossi, os percursos teóricos, etnográficos e metodológicos experimentados por Camilo Braz (2010) em sua *etnografia imprópria*, trazem contribuições muito enriquecedoras para desdobrar as elucidações acerca do método de observação direta em contextos de interação sexual, um debate ainda tímido na Antropologia.

É certo que as questões relativas ao sexo não são novidade nem tabu na Antropologia. Malinowski, em 1929 relatou a vida sexual selvagem nas ilhas Trobriand, e Margaret Mead, em

Sexo e Temperamento, publicado pela primeira vez em 1935, já questionava a universalidade masculina e feminina ao etnografar o comportamento sexual de povos primitivos da Nova Guiné.

No entanto, o que é “novo” aqui é o estudo da própria sexualidade dos e das antropólogos/as e da possibilidade de experiência erótico-sexual em campo. Encarar a corporalidade do/a pesquisador/a como objeto de reflexão, possibilitando a emergência de questões que reflitam em que medida isso pode contribuir metodologicamente à Antropologia contemporânea.

Camilo Braz (2010) parte da constatação de que a maioria das pesquisas sobre sexualidades realizadas no Brasil “tem como base metodológica entrevistas, conversas e questionários” (p.39). Ao se deparar com situações permeadas pelo desejo em campo, o autor abre campo reflexivo para um recente debate sobre a proibição prescrita do envolvimento afetivo-sexual em campo e ao incômodo silêncio da teoria antropológica em torno desta questão, que ignora as indagações atuais a respeito das implicações teórico-metodológicas e possibilidades interpretativas a partir de envolvimento “mais íntimos” ou “além dos limites” em campo.

Pondo em xeque algumas premissas antropológicas, Braz (2010), ao criticar a neutralidade científica e o distanciamento etnográfico (assim como propunham os estudos feministas desde os anos 70) entende que deve-se ampliar a noção de consensualidade ao/a pesquisador/a, onde a escolha de se fazer ou não sexo em campo é algo que passa pela decisão individual do ou da antropóloga:

É possível construir interpretações antropológicas de situações erótico-sexuais praticando sexo ou não, desde que nossa presença em campo, ou a maneira como somos nele materializados/as por nossos/as colaboradores, não permaneça invisíveis no nosso texto. (BRAZ: 2010; p.43)

Entendendo que durante a pesquisa é preciso ponderar o que vamos extrair da observação e o que estamos aprendendo com o movimento, e também que devemos ampliar as possibilidades e os caminhos que guiam nosso olhar e as formas que enxergamos “o outro”, reconhecer que estamos socialmente posicionados/as e que nosso olhar traz o recorte das realidades que vivemos e das questões que atravessam nossos corpos e que se respingam sobre o campo, torna-se um caminho possível para discussão sobre as dissonâncias e descompassos entre a ética institucional científica e a ética que (des)orienta as próprias vivências e visões de mundo do/a pesquisador/a.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho busquei apreender as relações entre o corpo e a cidade em movimento, dando atenção ao gênero e a sexualidade enquanto marcadores sociais da diferença na experiência urbana contemporânea.

Com a intenção de elucidar aspectos direcionados a uma crítica a arquitetura dos corpos e da cidade, atravessados e contaminados por alicerces e *croquis* racionais e funcionais, optei por fazê-lo inclinando os diálogos entre leituras sobre as *errâncias urbanas* (Jacques, 2012) e seus *praticantes ordinários* (De Certeau, 1994), aproximando os olhares da antropologia urbana, do urbanismo e da arquitetura, e dos estudos de gênero e sexualidade.

Com relação ao trabalho de campo, algumas de minhas notas esclarecem um pouco sobre o que pude perceber neste processo. A proposta metodológica do *flâneur* como meio de acesso ao exercício etnográfico foi fundamental para (re)orientar as formas de pensar o lugar do pesquisador em campo e da própria prática científica, além de tensionar o debate sobre o envolvimento afetivo-sexual no decurso etnográfico. Atentar ao próprio corpo localizado do/a pesquisador/a, e com isso atentar a prática científica, aqui não mais encarada de forma celibatária e sustentada pelo “mito do antropólogo assexuado” (Buffon, 1992. p 68).

Assim, partindo do olhar para a arquitetura, o gênero e a sexualidade enquanto construção social cujos caminhos se sobrepõem, me propus a analisar esta relação por meio da etnografia de uma área do Parque da Cidade de Brasília-DF onde se desdobram peculiares afetividades urbanas entre homens.

Na tentativa de organizar informações que obtive a partir da pesquisa bibliográfica e trabalho de campo, procurei, então, refletir à luz (ou à *meia-luz*) de autores e autoras que se debruçam sobre o urbano e seus métodos para encará-lo a partir da valorização das *errâncias urbanas* como meio para tessitura de uma crítica ao processo de *espetacularização* a qual a se encontra a cidade e o corpo no contexto contemporâneo.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. **Imagens de pensamento**: sobre o haxixe e outras drogas. Tradução João Barrento. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

- BRAZ, Camilo Albuquerque de. **À meia-luz: uma etnografia imprópria em clubes de sexo masculino**. Campinas SP: 2010.
- BUFFON, Roseli. Encontrando uma tribo masculina de camadas médias. In: **Trabalho de campo e subjetividade**. Florianópolis: PPGAS, 1992
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 1994.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.
- GROSSI, Miriam Pillar. Na busca do “outro” encontra-se a “si mesmo”. In: **Trabalho de campo e subjetividade**. Florianópolis: PPGAS, 1992.
- JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos Errantes**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- KULICK, Don. **Travesti: sexo, gênero e cultura no Brasil**. (Tradução, Cesar Gordon). – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. In: **Sociologias**, Porto Alegre, n 21. 2009.
- PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. Aquele não mais obscuro negócio do desejo. In: **O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
- PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
- PRECIADO, Beatriz. **Pornotopia: arquitetura y sexualidade en Playboy durante la guerra fria**. Barcelona: Anagrama, 2010.
- ROCHA, Ana Luiza C. da; ECKERT, Cornelia (orgs). **Etnografia de rua: estudos de antropologia urbana**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
- SENNET, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SIMÕES, Julio Assis. O negócio do desejo. In: **Cadernos Pagu**. São Paulo, 2008. (p.535 -546)
- VALE DE ALMEIDA, Miguel. Na companhia dos homens – sociabilidades masculinas. In: **Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade**. Lisboa: Fim de século, 1995
- WACQUANT, Loic. **Corpo e alma – notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.